



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

VALORES E SABERES DA AFRO DIÁSPORA: O JONGO COMO POSSIBILIDADE EDUCATIVA

Autores: Lygia de Oliveira Fernandes

Ahyas Siss

Vínculo Institucional: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Endereço Eletrônico: lygiaof@yahoo.com.br

Introdução

De acordo com Hall (2003), são diversas as formas de se contar uma história. Da mesma forma pode-se afirmar que são igualmente diversas as formas de ensinar. Pensando assim, este trabalho, que se caracteriza por uma pesquisa em andamento, não tem a pretensão de deter a única versão de narrar os fatos, nem tão pouco ambiciona determinar a mais correta estratégia de ensinar. A opção em analisar algumas possibilidades que o jongo pode oferecer na implementação da lei 10. 639/2003¹ dentro das escolas públicas vêm do anseio de analisar o grupo Jongo de Pinheiral por meio de sua perspectiva político pedagógica, bem como a partir de seu aspecto combativo e resistente.

O passado árduo e combativo das populações negras brasileiras², marcado pela violência daqueles que escravizavam e pela resistência daqueles que foram

¹ A lei 10. 639/2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDBEN) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Nacional no sentido de incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Fonte: Portal Câmara dos Deputados. <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-norma-pl.html>. Acessado em: 17/02/2011 às 9:52.

² O termo “populações negras brasileiras” pretende aqui contemplar toda a diversidade dos grupos étnicos negro africano que vieram para o Brasil por intermédio da afro diáspora. Em tempo, a partir de Barth (2000), podemos pensar em grupos étnicos como grupos ou unidades que se diferenciam dentro do contexto social por meio da cultura. Devido o seu caráter básico de atribuição e identificação, os grupos étnicos, conseqüentemente, tendem a organizar as interações entre as pessoas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

escravizados, se mantém vivo até os dias de hoje por meio de violências físicas e simbólicas, práticas racistas, e também por meio de reivindicações por políticas afirmativas que promovam a igualdades de direitos daqueles historicamente injustiçados. Entretanto, para além dos traumas registrados na memória coletiva dos africanos da diáspora pelo comércio triangular de escravos, existe também nas memórias afro diaspóricas as riquezas materiais e imateriais das civilizações africanas, que se mostram tão presente no cotidiano brasileiro.

Refletir sobre o conceito de diáspora, portanto, pode ser um ponto de partida interessante para analisar o diálogo entre Brasil e África, pois ainda que alicerçado em desigualdades esse diálogo tornou-se criativo, pois aqueles submetidos a esses processos de deslocamento com sua máxima inteligência souberam valorizar esse encontro recriando (e transformando) aqui seus valores de África. O processo diaspórico pode ser compreendido então, não somente por uma transposição de estruturas físico-espaciais das instituições nativas africanas, mas uma realocação, uma recriação de valores e princípios negros africanos em terras brasileiras (GILROY, 2001).

Atualmente, compondo o repertório de expressões culturais afro diaspóricas, existem estruturas que materializam a idéia de reajuste e adaptação dos modos de ser africano no Brasil. O jongo - uma dança e um gênero poético musical, que entre suas características destaca-se a presença de tambores afinados com o calor do fogo e um estilo sonoro composto por frases curtas cantadas por um solista e repetidas ou respondidas em coro - possui elementos que sugerem vínculos com práticas culturais dos povos *bantu*³ da África Central e Meridional, de onde a maioria dos negros escravizados veio para trabalhar nas fazendas do sudeste do Brasil.

Os jongs ou pontos são cantados em português, mas com frequência apresentam palavras e expressões de origem *bantu* (por exemplo, *cangoma*, *mironga*, *cacunda*). Formados por versos curtos, os pontos são iniciados (*tirados* ou *jogados*) por um dos participantes e respondidos pelo coro por alguns minutos até que um dos presentes ponha a mão sobre os tambores e grite “machado!” ou “cachoeira!”, dando sinal para que um novo ponto tenha início. (PACHECO, 2007, p. 25)

³ Família etnolinguística da qual pertenciam boa parte dos escravos no Brasil. Esses povos escravizados eram originalmente chamados de angolas, cabindas, benguelas, moçambiques etc. (LOPES, 2008)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Os jongos, parte do patrimônio civilizatório africano no Brasil, surgidos durante o período escravista, eram canções de protesto contra as situações degradantes e desumanas de trabalho e de sobrevivência, e podem ser interpretados como parte de um código secreto na luta contra os senhores, assim como um símbolo de oposição ao poderio senhorial. Ainda que reprimidas pelos senhores, as letras e canções do jongo eram caracterizadas pela resistência, e a sua tradição poética musical apesar de seu passado marginal se mantém viva até os dias de hoje.

Há várias comunidades negras no Brasil que se organizaram e passaram a valorizar tais práticas, criando associações que cuidam de ensinar às crianças e divulgar esse trabalho social e cultural de diversos modos – até nos palcos dos teatros das grandes cidades, como o caso do Jongo da Serrinha. (MATTOS E ABREU, 2007, p: 66)

Na pesquisa o jongo ganha centralidade a partir de seu caráter político de luta contra a discriminação racial e a favor do reconhecimento da diversidade étnico-cultural, bem como pelo seu caráter pedagógico. Assim sendo, o foco da investigação está nas contribuições que a referida expressão cultural pode oferecer, ou tem oferecido, para a efetivação do ensino de História da África e Cultura Afro Brasileira nas escolas públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da cidade de Pinheiral, região do Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

A prática do jongo e as atividades promovidas pelas comunidades que o mantém é considerado um ato de preservação, expansão e continuidade dos valores que constituem a visão de mundo africano – brasileiro. Investigar essas práticas e extrair delas as tendências pedagógicas predominantes, assim como verificar qual a contribuição que podem oferecer ao ensino escolar da História da África e da Cultura Afro Brasileira pode abrir caminhos para o desenvolvimento de novas propostas educativas nas quais os negros brasileiros, seus saberes e suas práticas sejam protagonistas.

Vestígios sonoros de uma cultura que floresceu nos poucos espaços de autonomia conquistados pelos cativos, os versos cifrados dos jongos têm ajudado a fortalecer a presença dos negros nos terrenos da história e das lutas políticas pela cidadania no Brasil contemporâneo (...). E muitos homens e mulheres negras podem reconhecer ali tradições herdadas de seus avós, palavras combativas que expressavam a amargura, a resignação irônica e a desforra nos tempos da escravidão - e que hoje podem instruir as lutas do presente. (*Idem*, p: 67)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Com o principal desígnio de compreender as possíveis contribuições do jongo para o ensino da história e cultura africana e afro brasileira esta pesquisa tem o propósito de dar conta de alguns objetivos específicos. São eles: analisar o processo da diáspora que promoveu a recriação dos valores culturais africanos em terras brasileiras e relacionar essas heranças à situação do negro na sociedade brasileira de um modo geral e nas instituições escolares em específico; investigar os fundamentos, procedimentos e estratégias pedagógicas presentes nas atividades programadas pela comunidade do jongo ao visitar as escolas e ao recebê-las em sua sede; identificar as mudanças nas práticas do cotidiano escolar em relação à afirmação do sujeitos negros, sua cultura e história provocadas pela experiência de vivenciar a cultura do jongo no espaço da escola e/ou da comunidade. Entretanto, para os limites deste trabalho o que está sendo ponderado a partir de agora é uma discussão teórica a respeito dos conceitos principais que fundamentam a pesquisa.

Diáspora: dispersão de pessoas, contatos culturais, formação de identidades

A escravidão moderna, ou escravismo colonial, teve como principais atores os filhos do continente africano. Estes negros escravizados eram transportados para as colônias da Inglaterra, França, Portugal Espanha, Holanda, etc., por meio de embarcações denominadas de navios negreiros. Os navios negreiros também eram chamados de tumbeiros, que a vela ou a vapor, eram assim denominados devido ao número elevado de mortes que causava durante a travessia do Atlântico. O nome originou-se do vocábulo “tumba” (sepultura), daí também a denominação de “túmulos flutuantes”.

Segundo um oponente brasileiro ao tráfico escravista, escrevendo em 1849, entre aproximadamente oitocentos escravos que chegaram ao Brasil em um vapor, com exceção de oitenta, morreram todos dentro dos sete meses que se seguiram ao desembarque. (CONRAD, 1985, *apud* MOURA, 2004, p. 404).

O primeiro elemento que pode ser considerado como pressuposto para o processo de reorganização identitária, de reestruturação social, e de mistura intercultural proporcionado pela sádica dinâmica do processo afro diaspórico, é o navio negreiro. Apesar de toda a brutalidade e morbidez a ele vinculado, os navios, de acordo com Gilroy (2001) podem ser visto como um sistema vivo, micro cultural e micro político



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

em movimento, no qual colocou em circulação, idéias, ativistas, artefatos culturais e políticos.

Deve – se enfatizar que os navios eram meios vivos pelos quais se uniam os pontos naquele mundo atlântico. Eles representavam os espaços de mudança entre os lugares fixos que eles conectavam. Conseqüentemente, precisam ser pensados como unidades culturais e políticas em lugar de incorporações abstratas do comercio triangular. Eles eram algo mais – um meio para conduzir a distinção política, e talvez um modo de produção cultural distinto. (GILROY, 2001, p.60)

O que o processo da diáspora trouxe à tona foram fenômenos que provocaram contatos culturais que não devem ser entendidos simplesmente como algo que produz efeitos devastadores; a diáspora pode ser entendida como uma das modalidades habituais da dinâmica cultural de cada sociedade. Contudo é sempre bom olhar com criticidade esses fenômenos de mobilidade cultural.

(...) os fatos de sincretismo, de mestiçagem cultural e até de assimilação, devem ser recolocados em seu contexto de estruturação ou de desestruturação sociais. (...) Na análise de toda a situação de aculturação, é preciso levar em conta tanto o grupo que dá quanto o grupo que recebe. Se respeitarmos este princípio descobriremos rapidamente que não há uma cultura unicamente “doadora” nem cultura unicamente “receptora”, propriamente dita. (CUCHE, 1999, pp. 125/129)

Na viagem, entre a costa africana e os portos americanos de desembarque, não eram permitido aos negros carregar seus pertences, portanto só lhes restava trazer em suas memórias aquilo que lhes era mais significativo para a reconstrução de suas identidades. Entretanto é importante ressaltar que as ressignificações da diáspora não foram feitas automaticamente. Então, de modo a problematizar as concepções sobre cultura e com isso as identidades formadas a partir do “Atlântico Negro”, podemos indagar: (...) o que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? (HALL, 2003, p.28)

Em Gilroy (2001) a diáspora não é analisada como a representação de uma forma de dispersão catastrófica. A diáspora marca o rompimento com o poder do território enquanto entidade física para determinar a identidade. Pensar no conceito de diáspora, portanto, é pensar em multiplicidade, ou mais especificamente, em identidades fragmentadas compostas muitas vezes por elementos conflitantes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Essa dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares. Essas novas identidades podem ser desestabilizadas, mas também desestabilizadoras. O conceito de *diáspora* (Paul Gilroy, 1997) é um dos conceitos que nos permite compreender algumas dessas identidades – identidades que não tem uma pátria e que não podem ser simplesmente atribuídas a uma única fonte. (WOODWARD, 2009, p. 22).

Sem esquecer-se das incongruências causadas pelo deslocamento dos povos africanos às terras americanas, podemos considerar que as recriações passadas pelas culturas em diáspora são fruto da resistência dos elementos submetidos a esse deslocamento e daqueles que são conquistados em novos territórios.

Nenhuma cultura existe em “estado puro”, sempre igual a si mesma, sem ter jamais sofrido a mínima influência externa. O processo de aculturação é um fenômeno universal, mesmo que ele tenha formas e graus muito diversos. (...) Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução. (...) apesar ou talvez por causa dos séculos de escravidão, ou seja, de desestruturação social e cultural quase absoluta, os Negros das Américas criaram culturas originais e dinâmicas. (CUCHE, 1999, pp. 136/137).

Mesmo compreendendo o jogo das identidades por meio de uma perspectiva dual em que colonizador e colonizado, dominador e dominado interferem-se mutuamente, essas recriações diaspóricas não são feitas de modo igualitário e sem contradições, pois a mestiçagem, também se constitui em fenômenos capazes de produzir desigualdades. Deste modo, os movimentos que apresentam rejeição aos processos de hibridação não podem ser apontados, sem averiguação e indiscriminadamente, como fundamentalistas. As resistências às diversas formas de hibridação são geradas por inseguranças nas culturas e não somente pelo temor de que tal fenômeno possa abalar as auto-estimas etnocêntricas.

No Brasil, o impacto do desigual jogo das identidades pode ser percebido no trato despendido por boa parte do poder hegemônico às matrizes africanas presentes no repertório cultural da sociedade brasileira. O primeiro reconhecimento pela participação negra na formação social e cultural brasileira deu-se, tardiamente, por volta do início do século XX estereotipando a sua docilidade, a sensualidade, a plasticidade e o exotismo dos povos negro africano.

O “privilegio da sensibilidade” que se materializa na musicalidade e ritmicidade do negro, a singular resistência física e extraordinária potência e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

desempenho sexuais, são atributos que revelam um falso reconhecimento de uma suposta superioridade negra. Todos estes “dons” estão associados à “irracionalidade” e ao “primitivismo” do negro em oposição à “racionalidade” e refinamento” do branco. (SOUSA, 1983, p.30)

Uma das provas de subalternização de determinados grupos em uma dada sociedade pode estar materializada na representação pouco satisfatória de seus saberes e suas práticas nas instituições que tem como função primordial atender às necessidades de toda a população. Passado mais de um século após a abolição formal da escravidão⁴ a marginalização das culturas negras nas instituições de ensino brasileira, por meio de um tratamento equivocado ou inexistente, persiste, o que explica a necessidade do estabelecimento da lei 10.639/2003 que torna obrigatória a inclusão nos currículos escolares conteúdos que fazem referencia ao legado cultural africano presentes em terras brasileiras devido à instalação forçada de um quantitativo imenso de filhos daquele continente.

O conhecimento da história da África (...) oferece àqueles que se debruçarem com seriedade sobre seus conteúdos a possibilidade de ampliarem seus horizontes, descolonizarem suas consciências e se capacitarem a compreender melhor o processo histórico no qual foi gerada a globalização contemporânea e que hoje, desafia interpretações, no Brasil e no mundo. (PEREIRA, 2006, p.8)

Pensado assim, podemos por ora concluir que a produção das patologias sociais não tem origem nas relações que os sujeitos elaboram ao longo da vida e sim da retirada destes sujeitos dos seus patrimônios culturais e/ou materiais sem dar-lhe possibilidades de recolocar suas concepções no lugar, isto é, impossibilitar o sujeito de exercer a sua capacidade de criar. Em relação a isso Cuche (1999) postula que a “(...) desestruturação, sem reestruturação possível provoca uma desorientação dos indivíduos, no sentido próprio de perda de rumo, que se traduz em patologias mentais ou em condutas delinquentes.”

Diálogos sobre território, cultura, identidade e diferença

Compreendida atualmente pelo seu caráter plural e dinâmico: “(...) uma cultura não é simples justaposição de traços culturais, mas uma maneira coerente de combiná-

⁴ Lei Áurea de 13 de maio de 1888.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

los.” (CUCHE, 1999, p. 78) O indivíduo, então, não recebe a cultura de modo passivo, cada indivíduo possui seu modo particular de interiorizar e viver a sua cultura. Um exemplo bastante próximo quanto aos modos particulares de viver a cultura são as formas diversas em que o jongo se apresenta pelas mais diversas cidades da região Sudeste e no Estado do Rio de Janeiro. Nos centros urbanos ou nas regiões rurais quilombolas o jongo tem formas distintas de se manifestar.

Desta forma, à luz dos Estudos Culturais podemos definir cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e por sua vez, essas práticas estão atreladas a formas de atividade humana. Sendo assim, é importante salientar as considerações de Hall (2003) referentes às formas pelas quais os Estudos Culturais compreendem a cultura. De acordo com o mesmo autor os Estudos Culturais definem a cultura através de algumas problemáticas principais. Uma delas refere-se à cultura como um jogo de idéias e opiniões que diz respeito a todo o corpo de indivíduos inseridos na sociedade.

Se essa primeira ênfase levanta e re-trabalha a conotação do termo cultura como domínio das “idéias”, a segunda ênfase é mais deliberadamente antropológica e enfatiza o aspecto da “cultura” que se refere às *práticas sociais*. É a partir dessa segunda ênfase que uma definição de certo modo simplificada – “a cultura é um modo de vida global” – tem sido abstraída de forma um tanto pura. (...) A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e ‘culturas populares’ [*folkways*] das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das coisas. (...) A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas(...) A análise da cultura é, portanto, “a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamento”. (HALL, 2003, p.136)

Já que relacionadas às práticas sociais, não podemos, desta forma, atrelar cultura a processos de rígidas demarcações. Do mesmo modo, seria equivocado pensar em identidades como simplesmente um conjunto de traços fixos e afirmá-las como a essência de uma etnia ou de uma nação. As identidades podem ser caracterizadas fundamentalmente pelo seu caráter relacional. Por isso que na tentativa de nos diferenciarmos e, por conseguinte, afirmarmos nossas identidades fazemos uso de códigos de identificação para mantermos a coesão interna do grupo ao qual estamos inserido e protegê-lo de estranhos (CANCLINI, 2008). Por serem marcada também pela diferença, as identidades podem ser compreendidas como uma entidade sustentada pela exclusão, ou seja, identificar-se com é na realidade distinguir-se do outro.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(WOODWARD, 2009) Sem conclusões precipitadas podemos afirmar que “*identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética.*” (CUCHE, 1999, p. 183)

Ao “identificar - se com”, o indivíduo necessariamente se localize a um sistema social e também permite que seja localizado socialmente. Sendo assim, podemos afirmar que a construção das identidades não é um procedimento ilusório, já que as identidades são dotadas de eficácia social, produzindo, conseqüentemente, efeitos sociais reais. A identidade não pode ser compreendida desta forma como uma questão de escolha individual arbitrária, em que cada um se apresenta livre para escolher as suas identificações. (CUCHE, 1999)

Sendo assim, um dos conceitos fundamentais que merece a atenção dos Estudos Culturais é aquele referente aos termos identidade e diferença. Inseridas nas relações sociais a identidade e a diferença estão sujeitas, por conseguinte, às relações de poder. O poder quando outorgado a indivíduos ou a grupos sociais tem a capacidade de diferenciar, classificar, distinguir, atribuir valores, além de legitimar as ações daqueles que o detém. Por isso, ao marcar as diferenças para realizar os processos de identificação, os Estudos Culturais questionam as relações de oposição binária, pois no jogo do poder sempre a um dos termos envolvidos será relegado uma menor importância.

São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/ excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“ Nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; racionais e irracionais”); normalizar (“ nós somos normais; eles são anormais”). (...) A identidade e diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e sobre quem não está incluído. (...) Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. (*Idem*, p. 81/82)

Inserido nessas relações de poder, por muito tempo o Ocidente se autodenominou dono da ciência, e conseqüentemente detentor de uma suposta verdade que dificultava os demais grupos do restante do globo expressar suas opiniões. Por isso que em Bhabha (1998) podemos ver posicionamentos que afirmam o quão obsoletas se tornaram certas polaridades e/ou binarismos devido a sua pretensão de deter a verdade única.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Pensando assim, com o intuito de fundamentar posições favoráveis ao processo de múltiplas referências, neste momento, opto por conceitos relativos ao protagonismo das populações negras africanas e africanas da diáspora para dialogar com os referenciais já mencionados. Essas análises são necessárias por que inseridos em uma sociedade binariamente organizada os africanos, submetidos aos processos da afro diáspora, ou não, e com isso sua história e cultura estão, de diversas maneiras, subsumidos ou pouco representados no contexto da história mundial. Assim, inspirados pelos estudos relativos à afrocentricidade⁵ podemos questionar as posições que impedem os grupos atuarem a partir de sua própria diferença, neste caso os grupos negros.

A afrocentricidade pode ser considerada como uma forma de compreender os africanos e os africanos da diáspora a partir de pensamentos, práticas e perspectivas que os coloca como agentes de fenômenos. De acordo com Asante (2009) a afrocentricidade proporciona as populações negras atuarem sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses e necessidades.

A agência dos povos negros da diáspora se fundamenta, sobretudo, na capacidade de ação e transformação. O simples elogio a diversidade não é suficiente para conceder a esses grupos marginalizados espaços equivalentes para o exercício de suas peculiaridades, assim como não é o bastante para educar populações capazes de compreender a necessidade dos povos praticarem atividades que necessariamente os distinguirão dos outros. Defensor de uma pedagogia capaz de questionar as identidades e com isso as suas diferenças Silva (2009) afirma que: “(...) educar significa introduzir a cunha da diferença em um mundo que sem ela se limitaria a reproduzir o mesmo e o idêntico, um mundo parado, um mundo morto.” (p.101)

Uma política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não

⁵ Os estudos sobre a afrocentricidade, uma proposta teórica inicialmente formulada pelo professor Molefi Asante (1980), surge a partir de investigações relacionadas a diáspora negra de língua inglesa. O campo pode ser definido como uma tentativa de conceber o africano como agente auto consciente, ou seja, capaz de definir-se e tomar decisões em relação a si e ao próprio grupo a partir de critérios extraídos da própria cultura africana (MAZAMA, 2009)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las. (ASANTE, p. 100, 2009)

A afrocentricidade não dá conta de todas as relações de poder assimetricamente constituídas, mas é capaz de realçar o lugar dos negros, e conseqüentemente, da África na história da humanidade, assim como na dinâmica social. A pluralidade é o postulado básico da afrocentricidade, pois esta concepção não pretende ser a condição exclusiva do modo pensar. Sem pretensão à hegemonia, a teoria afrocêntrica admite e exalta a possibilidade de diálogos entre conhecimentos construídos com base em diversas perspectivas.

A principal indagação da afrocentricidade é se os padrões construídos pelo Ocidente constituem crenças ou conhecimentos a respeito de povos e culturas africanos e diaspóricos, de sua filosofia e experiência de vida. (NASCIMENTO, 2009, p. 30)

Ainda que não discorde de Bhabha (1998) sobre a idéia de “entre lugares”⁶, pois é nas zonas fronteiriças que as identidades se constituem (BARTH, 2000) os sujeitos têm direito legítimo de localizar-se. A problemática aparece quando a localização excede a posição de “lugar” e se coloca como superior ao impor violentamente suas crenças, valores e costumes, por meio de uma dominação simbólica. Longe de querer sustentar conceitos essenciais, haja vista as formulações acima citadas, olhar as contribuições africanas ou africanas da diáspora por uma perspectiva afrocentrada vem da necessidade de localizar o sujeito a partir de uma constatação de que os fenômenos podem ser compreendidos por meio de uma articulação de inúmeras perspectivas e pode ganhar contornos especiais de acordo com a identidade do sujeito, ou conforme o centro ao qual o indivíduo se localiza.

Ao recuperar nossas plataformas, ocupar nossos próprios espaços culturais e acreditar que nossa forma de contemplar o universo é tão válida quanto qualquer outra, poderemos atingir a qualidade de transformação do que precisamos para participar plenamente numa sociedade multicultural, a não ser uma versão mais escura da brancura. (ASANTE, 1998. *apud* NASCIMENTO, p. 193, 2009)

⁶ De acordo com Bhabha (1998) os “entre lugares” podem ser definidos a partir da idéia de fronteira ou limite. Vale a pena ressaltar que essas fronteiras ou limites podem demarcar, muitas vezes, esferas antagônicas; mesmo assim por se tratar de formações culturais, as fronteiras não podem ser consideradas como locais onde se encerra, e sim espaços onde algo começa a se fazer presente.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Um povo deve ser respeitado por aquilo que é capaz de produzir, seus conceitos, sua cultura e conseqüentemente suas tradições, pois esta é uma forma parcial de identificação. Para os povos subordinados, é de extrema importância a afirmação de suas tradições culturais nativas, assim como é fundamental a recuperação de suas histórias reprimidas. Com o propósito de conceder aos negros uma baixa auto estima que interferiria significativamente na atuação deste povo nas principais esferas da sociedade, o racismo organizado despojou os negros dos traços mais decisivos de sua identidade (LOPES, 2008). Como afirma Santos (1983) “A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro” (p.3)

Já que a cultura é exposta de maneira diferente nas várias instâncias sociais e também de maneira desigual, devido às relações assimétricas de poder, é importante que os grupos culturais e racialmente marginalizados assumam prontamente a sua posição de minoria, não para negar a diversidade, mas para, com audácia, anunciar o importante artifício da identidade cultural e de sua diferença. Sem a pretensão à hegemonia, citar a afrocentricidade é uma tentativa de mostrar uma das possibilidades de contrariar a empatia com a história e a versão do vencedor que sempre beneficia a perspectiva dos dominadores. O posicionamento de “escovar a história a contra pelo” traz conseqüências interessantes: “(...) por que esse deslocamento indica que há muitos e diferentes lugares a partir dos quais novas identidades podem emergir e a partir dos quais novos sujeitos podem se expressar.” (LACLAU, 1990 apud WOODWARD, p. 29, 2009)

Considerações finais

A Lei 10.639/03 veio para nos obrigar olhar para o passado e estudar a África e respeitar as Culturas Negras, já que nenhum preconceito e intolerância se sustentam mediante o conhecimento. Além disso, essa legislação trouxe consigo a possibilidade da criação de uma pedagogia capaz de contemplar a história e a cultura de um povo subjugado por uma história parcial. Uma pedagogia cuja proposta é tratar de modo positivo a História e a Cultura Afro Brasileira caminhará contrária ao folclorismo ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

extremismo, que trabalha no intuito da desvalorização de uma cultura tão rica e diversificada.

Neste texto, a partir do quadro teórico de uma pesquisa em andamento, o pretendido foi apresentar algumas conjecturas, hipóteses, questões para dar início a reflexões referentes ao lugar que a cultura, a identidade e a diferença podem ocupar no resgate das memórias afro diáspóricas das populações negras brasileiras por meio da relação entre a escola e o jongo. Sem a pretensão da hegemonia, citar os estudos referentes à afrocentricidade foi uma tentativa de mostrar uma das possibilidades de contrariar a empatia com a história e a versão do vencedor que sempre beneficia os dominadores, pois vale a pena novamente frisar que o um dos postulados da afrocentricidade é a pluralidade e não a essencialização.

O educador, ciente de que o espaço escolar pode ser compreendido como um local privilegiado para a valorização da pluralidade cultural e combate contra a discriminação racial deve estar atento para a complexidade que envolve o processo de valorização e reconhecimento das identidades negras em nosso país. De modo a não concluir esta discussão, pois a mesma está longe de se finalizar creio que a tentativa de relacionar uma expressão cultural afro diaspórica a educação escolar vem da vontade de estimular os educadores e educadoras a romperem o silêncio dos tabus e preconceitos e abrirem espaço para reflexões e novas articulações entre educação e as heranças imateriais trazidas do continente africano.

Referências Bibliográficas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar* In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora* São Paulo: Selo Negro, 2009.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CUCHE, Denys. *A noção da cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: editora UFMG; Brasília, 2003.

LOPES, Nei. In: Nascimento, Elisa Larkin (org.). *Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*, São Paulo: Selo Negro, 2008.

MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. *Jongos, registro de uma história*. In: LARA, Silvia Hunold & PACHECO, Gustavo (orgs.). 2007. *Memória do jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT., 2007

MAZANA, Ama. *A afrocentricidade como um novo paradigma*. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin Nascimento. *Olhar afrocentrado; Introdução a uma abordagem polêmica*. In: *Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

PACHECO, Gustavo. *Memória por um fio: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. In: LARA, Silvia Hunold & PACHECO, Gustavo (orgs.). 2007. *Memória do jongo: as*



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Por que estudar história da África?* / Amauri Mendes Pereira; [ilustrações: Adriana Medeiros], - 1. Ed. – Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> Acessado em: 15/02/2011 às 11:16.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.